

Inúmeras perguntas permanecem sem resposta, algumas delas de particular interesse para nós. Outras não chegam a ser claramente formuladas, como por exemplo o sentido do esquecimento, do silêncio, da negação e da ausência de passado, dos apagamentos da temporalidade. Do conjunto de ensaios tão oportunamente editados pela Unicamp fica, contudo, uma certeza: a da recorrência da noção de tempo, no seu duplo movimento de entender o passado pelo

presente e o presente pelo passado. O encontro proposto entre história e memória, desvenda, sobretudo, pistas, caminhos, desafios. E coloca novas perguntas sobre um tema que apenas começamos a formular.

Maria Sylvia Porto Alegre é doutora em antropologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

UMA PONTE ENTRE PSICANÁLISE E POLÍTICA

Celina Ramos Couri

Pacto re-velado: abordagem psicanalítica de fragmentos da vida militante clandestina,
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes
Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica,
PUC-SP, 1993, Dissertação de Mestrado

Em muitos sentidos pode-se dizer que o trabalho de Maria Auxiliadora é inusual. Quando, na universidade, em uma dissertação de mestrado em psicologia clínica, encontramos a descrição de fatos históricos recentes, que a todos nos tocaram? Quando a psicanálise é convocada para iluminar um ângulo sombrio destes mesmos fatos? Pois esta é a tarefa executada com acuro e inteligência no presente trabalho.

De início a autora nos descreve a movimentação de dois grupos distintos, nas décadas de 1960 a 1980: de um lado, A ação Popular (AP); de outro, basicamente, os militares.

Do primeiro destes grupos, nos são relatadas suas origens – católicas e militantes, seu ideário, cristão e revolucionário (Marx, Castro e Mao), seu âmbito de ação – o Brasil, sua história, constituída de alianças e rompimentos, debates públicos, sua articulação com partidos políticos e com o movimento estudantil, que chegou a presidir.

Com relação aos militares, o trabalho nos dá conta das circunstâncias que cercaram a deposição do presidente João Goulart, do caráter conspiratório das ações que antecederam este golpe, de seu ideário anti-comunista, e de suas articulações, multinacionais, civis e militares.

Da ascensão militar ao poder, e consequente ilegalização da AP, resultou sua imediata clandestinidade. Aos crescentes mecanismos de repressão por parte do poder instituído, os militantes opuseram uma diversidade de também crescentes níveis de clandestinidade.

Na verdade, poucas opções restavam aos militantes: o exílio, o abandono de sua causa, ou a clandestinidade. Afora essas possibilidades, era sabido que os militantes, sempre perseguidos, não eram apenas presos; o aviltamento de seus corpos, a tortura física e psicológica, até a morte, eram, por parte de seus oponentes, "gestos naturais". E além da morte, o desaparecimento. Diz a autora: "O desaparecido político é três vezes negado: seqüestrado, morto, tem seu nome trocado ao ser enterrado, impedindo sua localização. O reassentamento de sua identidade, a localização do obituario e a identificação do corpo, têm sido a luta dos familiares dos desaparecidos para tentar saber se estão mortos, onde estão enterrados e fazer de sua morte, o luto" (p. 27).

Para escapar à repressão, e continuar no combate à ditadura, os clandestinos lançaram mão de recursos já existentes no elenco de métodos de ação da AP: a integração na produção, "comer junto, trabalhar junto, lutar junto", tornar-se um operário ou um camponês, mas, então, abdicando de seu nome e lugar de origem.

Há todo um investimento necessário para ocupar outro lugar: um novo nome, documentos falsos, novos espaços de moradia, vestimentas, escolaridade, profissão, isto no nível externo. No âmbito interno, as modificações necessárias para sustentar este empreendimento eram de tal ordem, que seu vulto ficou claro após a Anistia; o retorno ao nome próprio, à ocupação

correspondente, se dificultoso para alguns, para outros foi impossível.

Temos também depoimentos de clandestinos que desencadearam questões. A assunção da nova identidade é descrita com muitos de seus percalços. Assim, de viés, a realidade que os militantes pretendiam transformar nos é oferecida com toda a sua crueza. São expostas as condições em que vivem tantos e tantos clandestinos. A água, que deveria jorrar para todos: "Afastei um pouco os mosquitos, peguei aquela água que era uma gosma preta e fedorenta e bebi" (p. 125), o chão que deveria ser sólido para nossas crianças, a saúde pela qual todos pagam, os alimentos que poderiam ser abundantes, e tudo tão inacessível e distante. Há situações pungentemente dolorosas, mais ligadas ao cotidiano.

Bruno Bettelheim, submetido também à catástrofe política, à vilania dos campos de concentração, relata: "Por exemplo, se um prisioneiro era maltratado de uma maneira fora do normal, ele parecia envergonhado disso, ou tentava negar o que havia ocorrido" (*O coração informado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; p. 106). No mesmo sentido Simone Weil, também ela militante, depõe e explica: "Nada mais difícil de conhecer do que a infelicidade; ela é sempre um mistério. Muda, como dizia um provérbio grego. É preciso estar preparado de um modo todo especial para a análise interior para perceber as verdadeiras gradações e suas causas, e geralmente não estão em estado de fazê-lo os infelizes. Mesmo quando se está preparado, a própria infelicidade impede esta atividade do pensamento, e a humilhação sempre traz como consequência a criação de zonas proibidas, nas quais o pensamento não se aventura, e que estão cobertas ou pelo silêncio ou pela mentira...

além disso, ... um pudor muito forte detém as queixas. Assim, cada condição infeliz entre os homens cria uma zona de silêncio dentro da qual o seres humanos ficam encerrados como numa ilha. Quem sai desta ilha não volta a cabeça para trás” (*A condição operária e outros estudos sobre a opressão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1979; p. 139).

É justamente esta reflexão que a dissertação nos oferece: uma ponte para a ilha da clandestinidade, destarte, não mais tão isolada. Os elementos que a autora entrelaçou na construção de sua ponte, pertencem à teoria psicanalítica. Todo o capítulo dois é dedicado a uma leitura de alguns de seus tópicos.

São passados em revista pontos de metapsicologia freudiana; a tendência econômica é privilegiada na compreensão dos fenômenos, não com um objetivo de precisão, mas sim de escrutinar as mudanças psíquicas, os investimentos libidinais inexplicáveis “objetivamente”. Diz a autora: “É econômico o ritmo e a cadência da partitura psíquica. Do prestíssimo ao lento, atravessando o andante, para chegar ao acorde monocórdico, a compreensão econômica permite a travessia da exultação mais eufórica ao solitário do abraço narcísico” (p. 44).

Assim, são examinadas intrincadas relações entre os princípios da constância, do prazer-desprazer, da realidade, frente as magnas questões da vida e da morte.

Um percurso narcisista visitado: de como os pais investem os bebês de majestade, para salvaguardar o sentimento de imortalidade do ego, “tão oprimido pela realidade”. Esta majestade, insustentável nos humanos – mas sempre almejada – é assim transferida para o *ideal* que, portanto, de-

sempenha um papel constituinte na formação do sujeito, das famílias, grupos, partidos políticos e nações.

Referenciada aos clandestinos, a teoria ganha vida. É desde o detalhe da *escolha* que a autora empreende seu estudo. A escolha da clandestinidade, reiterada ao longo de até dez anos, processa-se em diferentes tempos, dos quais não poderemos registrar aqui senão alguns fragmentos.

Num primeiro momento, há uma causalidade interpretada: a realidade é consensualmente vista como ameaçadora à própria sobrevivência. Um montante de energia, livre, até então, deve ser mobilizada, ligada: o psiquismo prepara-se para que a vida possa prosseguir de um outro lugar. A desterritorialização em solo pátrio exige um exercício ao revés da constituição da própria imagem (p. 71). Para tanto, há um recurso à reserva ecológica da fantasia.

Garantido o prazer necessário, um mínimo indispensável para a manutenção das funções vitais físicas e psíquicas, pode ocorrer o prazer suficiente, um a mais que a ele se agrega, e permite que a vida continue a ser investida. É o segundo tempo da escolha. Diz a autora: “Quanto mais desafiadora a escolha, maior o investimento e mais consistente será a instalação do que Aulagnier veio a chamar de prazer suficiente”. Entretanto, este tipo de prazer está presente também em “descobrir no desprazer as possibilidades de vida” (p. 75), e em assenhorear-se dos próprios objetivos.

Por fim, há a vivência de um terceiro tempo de escolha, assim relatado: “... o fundo da relação consigo mesmo. Todo investimento será altamente refluído, referenciado a si mesmo. É a vivência essencial da perspectiva econômica do refluxo libidinal a que Freud chamou de narcisismo” (p. 85).

Para elucidar este tópico, a autora convoca, entre outros, Rosolato, que soube ver a função auto-restauradora do refluxo narcísico (p. 86), e Winnicott, com sua apreciação da capacidade de estar só. A função do ideal também é examinada, dado o importantíssimo papel que ocupa em aspectos tão diferentes quanto a possibilidade de suportar o desprazer, a convergência e enlace grupal etc.

E a autora conclui: "Não é possível a passagem linear de um terreno para o outro, do território político-militante para o território da psicanálise. Há qualquer coisa de inapreensível na vivência da clandestinidade que autoriza a pensar na vigência de um prazer não como repetição, para dar conta de uma falta, mas de uma expe-

riência mais próxima do que M. Schneider chamou de metamorfose de um ego, que pode mudar-de-ser porque teve ampliado sua superfície, ou mesmo anexou territórios estrangeiros ou se deixou anexar por eles" (p. 105).

Não obstante a dificuldade ou a impossibilidade da passagem do político ao psicanalítico, a tarefa foi cumprida pela autora, enriquecendo, possivelmente ambos os campos e, com certeza, a todos os que tiveram oportunidade de ler o texto original.

Celina Ramos Couri é psicóloga clínica. Mestre e doutoranda pelo departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP.